

TERMO DE REFERÊNCIA

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO)

IFSP – INST. FEDERAL DE EDUC., CIÊNCIA E TEC. DE SÃO PAULO – CÂMPUS SALTO

PREGÃO Nº 02-364/2021

(Processo Administrativo n.º 23313.000396.2020-19)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mudança local, com transporte rodoviário de equipamentos e mobiliários, além de todos os materiais localizados nas dependências do atual Campus Salto do IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, incluindo a mão-de-obra necessária, as etapas de desmontagem, acondicionamento em embalagens próprias e montagem, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	CATSER	Unidade de medida	Valor Total Máximo (R\$)
1	Serviço de mudança local, com transporte rodoviário de equipamentos e mobiliários	00321-2	Serviço	R\$ 249.181,57

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de mudança local.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.5. O contrato terá vigência pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de mudança de local completo abrangendo: a desmontagem, a remoção, o acondicionamento em embalagens adequadas de acordo com cada material, o carregamento, o transporte, o descarregamento, a retirada das embalagens, a montagem e a organização do espaço de acordo com o layout a ser fornecido pela fiscalização para o Campus Salto - IFSP.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mudança local, com transporte rodoviário de equipamentos e mobiliários, além de todos os materiais localizados nas dependências do atual Câmpus Salto do IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, incluindo as etapas de desmontagem, acondicionamento em embalagens próprias e montagem no destino final.
- 5.1.2. O traslado para as instalações da nova sede, tem uma distância aproximada de 2 (dois) quilômetros do câmpus atual:
- 5.1.2.1. **Endereço de origem:** Rua Rio Branco, nº 1780 – Vila Teixeira, Salto/SP;
- 5.1.2.2. **Endereço de destino:** Avenida dos Três Poderes, nº 375 – Residencial Central Parque, Salto/SP.
- 5.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 5.1.4. Considerando que os recursos naturais são finitos, o Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Salto – tem buscado elaborar políticas públicas para regular a necessária e equilibrada interação do homem com a natureza, nesse contexto, exigirá da empresa Contratada ações ambientais, tais como:
- 5.1.4.1. Orientar seus empregados, antes do início da execução contratual e sempre que houverem novas admissões, para a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 5.1.4.2. Deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010;
- 5.1.4.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 5.1.4.4. Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata;
- 5.1.4.5. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

5.1.4.6. Atender naquilo que couber práticas de sustentabilidade previstas no Decreto 7.746/12.

5.1.5. O prazo de vigência do Contrato será de 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, na forma do art. 57, Inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

5.1.6. O prazo para execução dos serviços é de 1 (um) mês, a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado a critério da Administração mediante aviso prévio de no mínimo 5 (cinco) dias úteis.

5.1.7. Caberão à CONTRATADA: a desmontagem, a remoção o acondicionamento em embalagens adequadas de acordo com cada material, o carregamento, o transporte, o descarregamento, a retirada das embalagens, a montagem e a organização do espaço de acordo com o layout a ser fornecido pela CONTRATANTE.

5.1.8.A CONTRATADA deverá apresentar APÓLICE DE SEGURO VIGENTE, compatível para a cobertura dos itens a transportar visando assegurar todos os bens que serão transportados, obrigando-se a indenizar, substituir ou efetuar o conserto do bem a critério do contratante, em virtude de perda, avaria ou furto total ou parcial que porventura vier a ocorrer durante a realização do serviço.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00 horas às 17h00 horas, com agendamento prévio a ser realizado através do e-mail: clt.slt@ifsp.edu.br.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. MOBILIÁRIOS EM GERAL:

- 8.1.1.1. Serviços de desmontagem, embalagem e remoção da origem;
- 8.1.1.2. Serviços de carga e transporte (mudança) e descarga no destino;
- 8.1.1.3. Descarregamento e acondicionamento até as salas e/ou departamentos designados pelos responsáveis de cada setor ou fiscalização;
- 8.1.1.4. Retirada das embalagens e montagem (destino) dos itens do objeto deste Termo de Referência;
- 8.1.1.5. Os itens a serem transportados estão determinados nos anexos.
- 8.1.1.6. Todos os volumes a serem transportados estão identificados de acordo com os departamentos impressos nos anexos a este Termo de Referência. Haverá um responsável em cada sala/setor acompanhando a saída dos materiais e outro na sala/setor de destino, acompanhando o recebimento dos itens.
- 8.1.1.7. Caberão à CONTRATADA: a desmontagem, a remoção o acondicionamento em embalagens adequadas de acordo com cada material, o carregamento, o transporte, o descarregamento, a retirada das embalagens, a montagem e a organização do espaço de acordo com o layout a ser fornecido pela fiscalização.
- 8.1.1.8. Quanto aos bens de informática, a desinstalação (origem) e a reinstalação (destino) ficarão sob responsabilidade da Coordenadoria de Tecnologia da Informação do IFSP – Câmpus Salto, permanecendo, sob a responsabilidade da CONTRATADA: o acondicionamento em embalagens adequadas ao transporte; a mudança dos referidos bens do local de origem ao local de destino, com a alocação dos equipamentos de acordo com layout a ser fornecido pela fiscalização e a retirada das embalagens.
- 8.1.1.9. Todas as caixas receberão etiquetas de identificação, fornecidas pela CONTRATADA, de forma a possibilitar a entrega no setor correto de destino.
- 8.1.1.10. A CONTRATADA deverá fornecer caixas em quantidades suficientes para o acondicionamento de todo o material a ser transportado.
- 8.1.1.11. A retirada dos móveis e dos volumes/caixas dos ambientes deverá seguir ordem de desocupação informada pela fiscalização e será acompanhada pelo responsável do setor e sua equipe, que contará juntamente com a CONTRATADA a quantidade de itens (móveis, volumes, caixas) que sair do local de origem, momento em que deverá ser preenchida a Relação de Saída de materiais, a ser assinada pelo representante da CONTRATADA e pelo responsável pelo Setor/Departamento.
- 8.1.1.12. A CONTRATADA disponibilizará tantos prepostos quanto forem necessários para acompanhar as conferências juntamente aos responsáveis pelos setores, de forma que a realização da tarefa não interfira no fluxo temporal e operacional da mudança.
- 8.1.1.13. O responsável de cada Setor/Departamento acompanhará os serviços prestados pela CONTRATADA e relatará qualquer irregularidade antes da saída da empresa do local, por escrito, colhendo assinatura do preposto da CONTRATADA e dando ciência à fiscalização da CONTRATANTE.
- 8.1.1.14. A CONTRATADA deverá proteger as áreas de circulação da mudança, responsabilizando-se por eventuais danos em instalações e nos materiais transportados, sendo do IFSP – Câmpus Salto ou de terceiros.
- 8.1.1.15. A CONTRATADA deverá deixar os ambientes limpos, sem restos de embalagens ou outros materiais por ela utilizados, tanto na origem quanto ao destino.

8.1.1.16. Os móveis, materiais, equipamentos e volumes em geral não poderão ser arrastados, devendo ser carregados ou transportados através de empilhadeira (pallets) ou carrinhos tipo: armazém (carga) e/ou plataforma; pelos ambientes e circulações do IFSP – Câmpus Salto, sob prejuízo de arranhar os materiais de revestimentos (pisos cerâmicos, granitos etc) e/ou danificar os próprios materiais, além de produzirem barulho desnecessário.

8.1.1.17. A movimentação dos móveis, equipamentos, utensílios e demais cargas será efetuada através dos meios normais de acesso ao imóvel, tais como: portas, corredores, escadas, portões, rampas de acesso etc.

8.1.2. ACERVO BIBLIOGRÁFICO:

8.1.2.1. O início dos trabalhos será realizado na sede atual do IFSP – Câmpus Salto, com a remoção, acondicionamento e movimentação de acervo bibliográfico de aproximadamente 8 mil itens, devendo a CONTRATADA fornecer mão de obra específica para auxílio na montagem das caixas para transporte do material;

8.1.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer caixas em quantidades suficientes para o acondicionamento de todo o material a ser transportado, além de se atentar ao peso/quantidade de itens que podem ser acondicionados simultaneamente;

8.1.2.3. Todas as caixas receberão etiquetas de identificação, fornecidas pela CONTRATADA, de forma a possibilitar a entrega no setor correto de destino;

8.1.2.4. As estantes e prateleiras deverão ser sinalizadas antes da desmontagem de forma a facilitar o realocamento dos livros no local de destino;

8.1.2.5. As caixas deverão ser sinalizadas de acordo com a ordem das estantes e prateleiras de origem;

8.1.2.6. Caixas para o transporte deverão ser reforçadas de acordo com o peso dos materiais, e visando não danificar o material alocado;

8.1.2.7. Os livros deverão ser acondicionados DEITADOS dentro das caixas e de acordo com a sinalização das estante e prateleiras;

8.1.2.8. A retirada dos móveis e dos volumes/caixas dos ambientes deverá seguir ordem de desocupação informada pela fiscalização e será acompanhada pelo responsável do setor e sua equipe, que contará juntamente com a CONTRATADA a quantidade de itens (móveis, volumes, caixas) que sair do local de origem, momento em que deverá ser preenchida a Relação de Saída de materiais, a ser assinada pelo representante da CONTRATADA e pelo responsável pelo Setor/Departamento;

8.1.2.9. O realocamento dos itens no local de destino deverá respeitar a ordem de numeração e identificação de origem.

8.1.3. MÁQUINAS INDUSTRIAIS/ AUTOMAÇÃO:

8.1.3.1. O início dos trabalhos será realizado na sede atual do IFSP – Câmpus Salto, com a remoção e movimentação das máquinas industriais, desmontagem/remoção das bancadas (se necessário), realização da carga, incluindo equipamentos diversos e transporte (mudança).

8.1.3.2. Descarregamento, movimentação e recolocação das máquinas industriais, bancadas e dos equipamentos nos locais indicados pela fiscalização.

8.1.3.3. A movimentação dos equipamentos será efetuada através dos meios normais de acesso ao imóvel, tais como: portas, corredores, rampas de acesso (destino), escadas, portões etc.

8.1.3.4. A empresa prestadora dos serviços deverá possuir veículos (caminhão “MUNK”, empilhadeira, etc), máquinas e equipamentos (paleteiras, barrotes, balancins, tartarugas, roletes, cintas) especializados para o transporte e compatíveis com as máquinas industriais relacionadas, bem como pessoal

habilitado, credenciado e capacitado para operar tais veículos e equipamentos principalmente nos arrastes e alocações.

- 8.1.3.5. A CONTRATADA fornecerá mão de obra qualificada, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, conferindo proteção no ato de transportar, para evitar danos e avarias.
- 8.1.3.6. Os locais (salas) de recolocação das máquinas, bancadas e equipamentos serão definidos pela administração do IFSP – Câmpus Salto.
- 8.1.3.7. Haverá um responsável em cada sala/setor acompanhando a saída das máquinas/materiais e outro na sala/setor de destino, acompanhando o recebimento dos itens.
- 8.1.3.8. As informações nos anexos servem como referência para a descrição dos serviços a serem executados, podendo haver diferenças não significativas.
- 8.1.3.9. Deverão ser providenciados pela CONTRATADA: Máquinas industriais/mecânica, equipamentos essenciais e mão de obra para a realização dos serviços como, Caminhão “MUNK”, empilhadeira própria para máquinas pesadas; paleteiras, barrotes, balancins, roletes, cintas, conjunto de ferramental; talha e girafa, macaco unha, tartarugas e alavancas. Equipe especializada, credenciada e uniformizada.

8.1.4. MÃO DE OBRA / EMBALAGENS:

- 8.1.4.1. A CONTRATADA fornecerá mão de obra especializada: motoristas, ajudantes, montadores e responsável técnico para a perfeita execução dos serviços.
- 8.1.4.2. A CONTRATADA deverá utilizar métodos de acondicionamento e transporte (mudança) apropriados, de forma a preservar a integridade de todo o material durante o processo de mudança.
- 8.1.4.3. As embalagens deverão ser adequadas aos componentes da mudança, para todos os tipos de bens e utensílios, assim como para equipamentos de informática, equipamentos de laboratório, livros, objetos de copa e cozinha. Devendo ser fornecidos ainda pela CONTRATADA: caixas de papelão comum e corrugado, mantas, acolchoados, plástico bolha, fita crepe, fita adesiva, lacres, caixas plásticas, de madeiras e/ou grades metálicas e o que mais for necessário.

8.1.5. VEÍCULOS

- 8.1.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar caminhões fechados, tipo “Baú”, com capacidades adequadas para viabilizar o transporte entre os locais, dentro do horário definido pela administração do IFSP – Câmpus Salto.
- 8.1.5.2. Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá fornecer à administração do IFSP – Câmpus Salto, uma lista dos veículos, além de dados como modelo e placa, assim como dos motoristas responsáveis.
- 8.1.5.3. Qualquer alteração na frota de veículos deverá ser comunicada à administração do IFSP – Câmpus Salto.
- 8.1.5.4. Os veículos deverão ser revestidos e acolchoados (mantas) internamente, a fim de garantir a integridade dos bens transportados.
- 8.1.5.5. Fica, sob responsabilidade da CONTRATADA, a solicitação, junto aos órgãos competentes, das autorizações para o trânsito dos veículos a serem utilizados, em especial quando se tratar de caminhões de grande porte, para a referida mudança nos horários programados.

8.2. O prazo de execução dos serviços será de 1 (um) mês, com início previsto para o final de janeiro de 2022.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1.1. Foi realizado um levantamento dos mobiliários e equipamentos constantes no campus através do sistema SUAP, conforme tabela anexa, em que se obteve aproximadamente **10.641 itens**, cujo valor aproximado é de **R\$ 6.467.530,98** (seis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e trinta reais e noventa e oito centavos).

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

10.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

10.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

10.12. Proporcionar à CONTRATADA, acesso a todas as dependências existentes nos imóveis a fim de que ela possa desempenhar normalmente os serviços contratados, bem como exigir o fiel cumprimento das obrigações decorrentes dessa contratação;

10.13. Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, livre acesso às mobílias e volumes em geral, de modo a viabilizar a prestação dos serviços;

10.14. Fornecer à CONTRATADA, com base em preço de aquisição ou de mercado, declaração de valor da carga a ser transportada para fins de seguro para cobertura da carga.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.23. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
- 11.24. Reparar, corrigir, reconstruir, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer bens ou materiais em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data do recebimento da notificação;

- 11.25. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser dilatado, desde que acordado entre as partes e mediante comprovação da impossibilidade do cumprimento do prazo inicialmente estabelecido;
- 11.26. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 11.27. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 11.28. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 11.29. Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, de prepostos da Contratada ou de quem agir em seu nome;
- 11.30. Responsabilizar-se por todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas a combustível, manutenção, acidentes, multas, licenciamentos, alvarás, taxas, seguros geral/total e outras de que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços contratados;
- 11.31. Assumir todas as obrigações estabelecidas em legislação, quando seus empregados forem vítimas de acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do IFSP – Câmpus Salto;
- 11.32. Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 11.33. Orientar seus funcionários quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE relativas à execução dos serviços, atendendo de imediato as solicitações quanto às substituições de mão de obra considerada inadequada para a prestação dos serviços;
- 11.34. Embalar adequadamente, na origem, todos os bens a serem transportados e desembalar no destino, na presença do fiscal;
- 11.35. Assumir inteira responsabilidade pela integridade física dos bens que lhe forem confiados para transporte, bem como por danos ou extravios causados aos mesmos, desde o recebimento dos mesmos até a entrega no destino, incluindo a desmontagem, montagem de móveis e, quando necessário, na arrumação do material transportado;
- 11.36. Assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, pedágios, impostos, estacionamento, taxas entre outros);
- 11.37. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes, fornecendo aos seus empregados todos os equipamentos de proteção, em quantidade suficiente e de acordo com as normas de segurança do trabalho, em especial, e orientar quanto ao uso adequado, disponibilizar, às suas custas, cintas para a movimentação de cargas pesadas, bem como qualquer EPI – Equipamento de Proteção Individual, necessário à segurança durante o desenvolvimento dos serviços, não permitindo que empregados que se negarem a usá-los, desenvolva o trabalho;
- 11.38. Exercer rígido controle com relação à validade da Carteira Nacional de Habilitação de cada motorista que conduzirá o veículo transportando as mobílias e volumes em geral da CONTRATANTE, verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados, bem como manter regularizada a documentação e o estado técnico do veículo;

- 11.39. A CONTRATADA deverá apresentar APÓLICE DE SEGURO VIGENTE, compatível para a cobertura dos itens a transportar visando assegurar todos os bens que serão transportados, obrigando-se a indenizar, substituir ou efetuar o conserto do bem a critério do contratante, em virtude de perda, avaria ou furto total ou parcial que porventura vier a ocorrer durante a realização do serviço;
- 11.40. A apólice supramencionada deverá conter obrigatoriamente os requisitos exigidos na Resolução n.º 219/2010, do Conselho Nacional de Seguros Privados, que dispõe sobre seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador rodoviário de cargas (RCTR-C);
- 11.41. As empresas deverão obedecer às exigências da Lei n.º 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a qual dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração;
- 11.42. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;
- 11.43. As normas de segurança constante deste Termo de Referência não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência no desenvolvimento dos serviços;
- 11.44. Providenciar e obter todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores, tais como guias e outros documentos pertinentes, para a perfeita execução dos serviços;
- 11.45. Efetuar a entrega dos bens transportados no local de destino, em perfeito estado, mediante recibo datado e assinado pela pessoa autorizada a receber os bens, contendo o atesto de que os serviços foram prestados de modo satisfatório;
- 11.46. Enviar, até 48 (quarenta e oito horas) horas antes da data do carregamento, representante credenciado para vistoriar os bens a serem transportados, com vistas a avaliar os recursos materiais, humanos (motoristas, carregadores e outros profissionais) e documentais necessários ao cumprimento do contrato, conforme condições determinadas no Edital e seus anexos;
- 11.47. Disponibilizar caminhões nas quantidades necessárias para cumprimento dos quantitativos de bens a serem transportados, assim como mão de obra equivalente ao serviço, conforme definido na Ordem de Serviço expedida pela CONTRATANTE. Os veículos deverão estar em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança, obedecidas todas as normas que regulamentam a utilização de veículos, emanadas pelo Poder Público;
- 11.48. Estar ciente que os serviços de transporte deverão ocorrer em data a ser agendada em comum acordo com a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- 11.49. Ter conhecimento que o transporte poderá ocorrer em mais de uma viagem;
- 11.50. Certificar-se que o transporte, a carga e a descarga, ocorrerão somente por funcionários da CONTRATADA, devidamente uniformizados e identificados;
- 11.51. Informar, através de funcionário da CONTRATADA responsável pelo transporte, o volume a ser transportado e assinar em campo próprio de formulário a ser elaborado. Essa informação deverá ser acrescida ao formulário antes de o transporte ser efetuado;
- 11.52. Estar ciente que a prestação dos serviços pela CONTRATADA será acompanhada por servidores designados pela CONTRATANTE, que farão a conferência dos volumes antes do material ser carregado no caminhão e a condição dos bens após descarga. Caso os servidores responsáveis pela conferência não concordem com a medição apresentada pela CONTRATADA, eles estão autorizados a suspender temporariamente o transporte até que se resolva a divergência. Observar rigorosamente os prazos de 24 (vinte e quatro) horas para a entrega dos bens transportados. Eventuais atrasos somente serão admitidos por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente justificados, ou com autorização expressa da CONTRATANTE;

11.53. Fornecer todo o material adequado para a embalagem dos bens (caixas de papelão reforçado, papelão ondulado, fitas adesivas, etiquetas, sacos plásticos, plástico bolha e demais materiais que se fizerem necessários), de acordo com a natureza do material a ser transportado, utilizando preferencialmente materiais recicláveis, respeitando os critérios de sustentabilidade, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, conforme Inciso III do Art. 5.º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010. As caixas deverão ser fornecidas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

11.54. Notificar, ao servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, imediatamente e por escrito, todas as anormalidades que possam vir a embarçar a execução dos serviços;

11.55. Manter, em dia e durante toda a vigência do contrato, o seguro total do transporte, devendo dar cobertura desde a retirada do material até a entrega em seu destino;

11.56. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano material (vidros, pisos, revestimentos, veículos, paredes, aparelhos, etc.) causado pela prestação dos serviços, assumindo o ônus da execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura afetados com materiais similares, sempre observando o bom nível de acabamento dos serviços;

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

11.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

11.1.2. A(s) subcontratada(s) deverão ser indicadas e qualificadas pelo licitante com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

11.1.3. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização;

11.1.4. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

11.1.5. Que a empresa contratada se responsabilize pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

11.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

11.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação

original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IV, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

14.2.1. Finalização de todo o deslocamento e montagem do mobiliário, equipamentos e demais itens designados para a mudança;

14.2.2. Aprovação pela fiscalização dos serviços executados e documentos apresentados.

14.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.3.1. não produziu os resultados acordados;

14.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da

prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. o prazo de validade;

16.5.2. a data da emissão;

16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.5.4. o período de prestação dos serviços;

16.5.5. o valor a pagar; e

16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 18.1 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
 - 18.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
 - 18.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 18.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 18.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 18.2.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 18.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 18.2.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 18.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

18.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.10 Será considerada extinta a garantia:

18.10.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.12 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 19.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.8.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

- 20.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 20.3.1. A empresa vencedora deverá possuir cadastro ativo e válido perante o RNTRC – Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
- 20.3.2. Esse cadastro será pesquisado, por meio do CNPJ da empresa, no endereço eletrônico: <http://consultapublicarnttc.antt.gov.br/consultapublica>;
- 20.3.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 20.3.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
- 20.3.5. A empresa vencedora deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, devidamente assinado, emitido por entidade pública ou privada, que comprove que a empresa já executou, sem ressalvas, os serviços de mudança e transporte rodoviário de cargas com um volume mínimo de 1.000 m³.
- 20.3.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 20.3.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato/ execução;
- 20.3.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 20.3.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável
- 20.3.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 20.4.1. Valor Global: R\$ 249.181,57 (duzentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos).
- 20.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 20.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 21.1. O custo estimado da contratação é R\$ 249.181,57 (duzentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 26439 - 158364
Fonte de Recursos: 810000000
Programa de Trabalho: 12.363.5012.20RL.0035
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.74

Salto, 06 de dezembro de 2021

Assinado eletronicamente



Documento assinado digitalmente

Alissa legoroff de Almeida
Data: 06/12/2021 13:42:45-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Alissa legoroff de Almeida
Diretoria Adjunta de Administração

Aprovado:

Assinado eletronicamente



Documento assinado digitalmente

Edilson Aparecido Bueno
Data: 06/12/2021 14:52:50-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Edilson Aparecido Bueno
Diretor Geral

Anexos:

I – Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar 1/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 23313.000396.2020-19

2. Objeto

Contratação dos serviços de mudança de local

3. Descrição da necessidade

A contratação ora em estudo, mostra-se imprescindível devido à necessidade de mudança das atuais instalações do IFSP – Campus Salto para as novas instalações que estão sendo construídas.

Cumpre salientar o Campus Salto do IFSP não dispõe de meios próprios necessários para a realização do referido serviço devido à sua proporção e complexidade.

Os benefícios auferidos pelo IFSP – Campus Salto estão diretamente relacionados com a especialidade da empresa a ser contratada, o que garante a integridade dos bens a serem transportados, sem gerar prejuízos futuros.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DAA-SLT	Edilson

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mudança local, com transporte rodoviário de materiais localizados nas dependências do atual Câmpus Salto do IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tc desmontagem, acondicionamento em embalagens próprias e montagem, com os seguintes requisitos:

1.1. Natureza da Contratação:

A contratação dos serviços de que tratam este Termo de Referência e anexos enquadra-se como serviço comum, n dos Decretos n.º 10.024, de 20.09.2019, e n.º 3.555, de 08.08.2000.

12. Duração Inicial do Contrato:

O prazo de vigência do Contrato será de 03 (três) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, na forma em que o prazo de execução será de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura da Ordem de Serviço.

1.3. Classificação do serviço:

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, constituindo-se em serviços instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais estabelecidas em seus respectivos cargos.

1.4. Sustentabilidade:

Considerando que os recursos naturais são finitos, o Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Salto – tem buscado promover a necessária e equilibrada interação do homem com a natureza, nesse contexto, exigirá da empresa Contratada ações a serem realizadas durante a execução dos serviços, tais como:

- Orientar seus empregados, antes do início da execução contratual e sempre que houverem novas admissões, sobre a importância da sustentabilidade ambiental, bem como a redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLIC nº 01, de 2011;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de responsabilidade ambiental, conforme a legislação vigente, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 2006, e da Resolução CONAMA nº 401, de 2006;
- Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 2006;
- Atender naquilo que couber práticas de sustentabilidade previstas no Decreto 7.746/12.

1.5. Forma de prestação dos serviços:

Caberá à CONTRATADA: a desmontagem, a remoção e o acondicionamento em embalagens adequadas de acordo com o transporte, o descarregamento, a retirada das embalagens, a montagem e a organização do espaço de acordo com o local de destino.

O traslado para as instalações da nova sede, numa distância aproximada de 2 (dois) quilômetros do câmpus atual.

Além do descarregamento, movimentação e recolocação das máquinas industriais, bancadas e dos equipamentos necessários para a execução dos serviços de aferição, calibração, nivelamento e medição das máquinas.

A CONTRATADA deverá utilizar métodos de acondicionamento e transporte (mudança) apropriados, de forma a preservar os equipamentos e materiais durante o processo de mudança.

6. Levantamento de Mercado

Deve-se considerar o grande volume de materiais a serem transportados, tais como: móveis, máquinas da indústria e da mecânica, equipamentos de laboratório e informática, livros, objetos de copa e cozinha etc. Na prestação do serviço, haverá necessidade de pessoal especializado para o transporte, por haver diversos equipamentos, materiais pesados, frágeis e de alto valor agregado.

O IFSP – Câmpus Salto não dispõe de meios próprios necessários para realização do referido serviço, devido à sua proporção e complexidade.

Portanto definimos que a contratação dos serviços seria completa, uma empresa faria todo o procedimento de mudança, desde a desmontagem dos materiais, acondicionamento, transporte, retirada das embalagens e montagem no destino, visando assim minimizar os riscos de perda/extravio ou danos aos materiais, uma vez que seria complexo determinar de quem seria a responsabilidade de determinado bem, se houvessem mais pessoas realizando a mesma tarefa.

Entramos em contato com o Campus Bragança Paulista – IFSP, que realizou esse mesmo processo a cerca de 2 (dois) anos atrás para verificar quais foram os procedimentos adotados e o valor pago pelo serviço na época, para que assim pudéssemos ter um fundamento de onde iniciar e quais procedimentos adotar, uma vez que se trata de uma contratação complexa e atípica.

7. Descrição da solução como um todo

Será contratado o serviço completo: a desmontagem, a remoção o acondicionamento em embalagens adequadas de acordo com cada material, o carregamento, o transporte, o descarregamento, a retirada das embalagens, a montagem e a organização do espaço de acordo com o layout a ser fornecido pela fiscalização.

Quanto aos bens de informática, a desinstalação (origem) e a reinstalação (destino) ficarão sob responsabilidade da Coordenadoria de Tecnologia da Informação do IFSP – Câmpus Salto, permanecendo, sob a responsabilidade da CONTRATADA: o acondicionamento em embalagens adequadas ao transporte; a mudança dos referidos bens do local de origem ao local de destino, com a alocação dos equipamentos de acordo com layout a ser fornecido pela fiscalização; a retirada das embalagens.

Todas as caixas receberão etiquetas de identificação, de forma a possibilitar a entrega no setor correto de destino.

A CONTRATADA deverá fornecer caixas em quantidades suficientes para o acondicionamento de todo o material a ser transportado.

A CONTRATADA deverá proteger as áreas de circulação da mudança, responsabilizando-se por eventuais danos em instalações e nos materiais transportados.

A CONTRATADA deverá deixar os ambientes limpos, sem restos de embalagens ou outros materiais por ela utilizados, tanto na origem quanto ao destino.

Descarregamento, movimentação e recolocação das máquinas industriais, bancadas e dos equipamentos nos locais indicados pela fiscalização, incluindo os serviços de aferição, calibração, nivelamento e medição das máquinas.

A empresa prestadora dos serviços deverá possuir veículos (caminhão “MUNK”, empilhadeira, etc), máquinas e equipamentos (paleteiras, barrotes, balancins, tartarugas, roletes, cintas) especializados para o transporte e compatíveis com as máquinas industriais relacionadas, bem como pessoal habilitado, credenciado e capacitado para operar tais veículos e equipamentos principalmente nos arrastes e alocações.

A CONTRATADA fornecerá mão de obra qualificada, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, conferindo proteção no ato de transportar, para evitar danos e avarias.

A CONTRATADA fornecerá mão de obra especializada: motoristas, ajudantes, montadores e responsável técnico para a perfeita execução dos serviços.

A CONTRATADA deverá utilizar métodos de acondicionamento e transporte (mudança) apropriados, de forma a preservar a integridade de todo o material durante o processo de mudança.

As embalagens deverão ser adequadas aos componentes da mudança, para todos os tipos de bens e utensílios, assim como para equipamentos de informática, equipamentos de laboratório, livros, objetos de copa e cozinha,

devendo ser fornecidos ainda pela CONTRATADA: caixas de papelão comum e corrugado, mantas, acolchoados, plástico bolha, fita crepe, fita adesiva, lacres, caixas plásticas, de madeiras e/ou grades metálicas e o que mais for necessário.

Os veículos deverão ser revestidos e acolchoados (mantas) internamente, a fim de garantir a integridade dos bens transportados.

Fica, sob responsabilidade da CONTRATADA, a solicitação, junto aos órgãos competentes, das autorizações para o trânsito dos veículos a serem utilizados, em especial quando se tratar de caminhões de grande porte, para a referida mudança nos horários programados.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O serviço será contratado como um todo e caberá a empresa Contratada determinar o quantitativo necessário de mão-de-obra, embalagens e transporte necessários para a devida execução do objeto.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Em razão das particularidades para a execução dos serviços que se pretendem contratar, tais como a distância entre os dois câmpus, a inexistência de meio de transporte vertical entre os três andares do câmpus de origem, a localização da rede aérea da concessionária de energia elétrica do município, as larguras dos vãos de acesso de todos os setores de origem e destino, além dos cuidados especiais e dos portes de todos equipamentos a serem transportados, sobretudo aqueles instalados nas oficinas e nos laboratórios do câmpus de origem, visando, assim, à manutenção das condições reais para a contratação, o parâmetro adotado para a obtenção do preço de referência foi a pesquisa com fornecedores especializados, conforme previsto pela Instrução Normativa n.º 73, de 05 de agosto de 2020.

O valor máximo da contratação obtido através da mediana dos valores de orçamentos enviados por 4 fornecedores foi de R\$ 155.472,21 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e um centavos).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação não será parcelada, pois, trata-se de serviço de alta complexidade e que deverá ser concluído em no máximo 5 (cinco) dias úteis, pois durante a sua execução o campus ficará sem funcionamento.

Devido a complexidade, se houver o parcelamento do serviço, o valor cobrado será maior do que se contratado em sua totalidade.

Além disso, com apenas uma empresa realizando todo o processo da mudança, a responsabilização caso aconteça algum dano ou extravio de bem fica facilitada, uma vez que a Contratada seria a responsável por todo o deslocamento.

Nessa linha de raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.

Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico os serviços não devem ser divididos.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação da prestação do serviço de mudança de local nestes moldes não demanda contratações correlatas ou interdependentes uma vez que não está interligada à prestação de nenhum outro serviço e nem necessita de algum outro para sua completa prestação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A terceirização dos serviços de transporte de cargas está contemplada com a edição do Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, que recomenda a execução indireta dos serviços de transporte. No mesmo sentido, o Art. 2.º da Lei n.º 9632, de 7 de maio de 1998, recomenda que as atividades exercidas por ocupantes de cargos extintos ou em extinção sejam objeto de execução indireta.

13. Resultados Pretendidos

Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

- Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, da força de trabalho alocada e melhora tanto na gestão quanto na fiscalização de contratos;
- Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
- Redução de riscos devido a interpretações distintas de um problema (pois somente uma empresa decidirá as medidas a serem tomadas);
- Facilidade na responsabilização no caso de danos ou extravios dos bens do erário;
- Agilidade na conclusão do processo de mudança, para que o funcionamento do campus seja reestabelecido o quanto antes.

14. Providências a serem Adotadas

- Levantamento de todos os materiais constantes no campus;
- Identificação de todos os volumes a serem transportados de acordo com os departamentos;
- Haverá um responsável em cada sala/setor acompanhando a saída dos materiais e outro na sala/setor de destino, acompanhando o recebimento dos itens.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A execução desse serviço poderá acarretar o acúmulo de lixo, porém em sua maioria reciclável, por se tratarem de materiais em papelão e plástico.

O campus já adota o procedimento de separação do lixo orgânico do reciclado. Portanto, após a execução do serviço o lixo acumulado, dentro do possível, será enviado para reciclagem.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

1. Se faz necessária a mudança para o novo local;
2. Os serviços são de alta proporção e complexidade;
3. O IFSP – Câmpus Salto não dispõe de meios próprios necessários para realização do referido serviço, devido à sua proporção e complexidade.

17. Responsáveis

Coordenadora de Licitações e Contratos

Alissa
legoroff de
Almeida

Assinado de forma
digital por Alissa
legoroff de Almeida
Dados: 2020.09.10
15:07:39 -03'00'

ALISSA IEGOROFF DE ALMEIDA

Coordenadora de Licitações e Contratos

Membro da Coordenadoria de Licitações e Contratos



Assinado de forma
digital por Elton
Tavares Rosa
Dados: 2020.09.10
15:27:34 -03'00'

ELTON TAVARES ROSA

Membro da Coordenadoria de Licitações e Contratos

Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio



Assinado de forma digital por
DAMITO SANCHES SIGALAS
DAMEAO DA
SILVA:32886006840
Dados: 2020.09.10 15:25:18
-03'00'

DAMITO S. S. DAMEÃO DA SILVA

Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio